

ENASE 2010: o futuro da política energética

Com marco regulatório consolidado e em meio à elevação da demanda, setor elétrico faz reflexões sobre política energética desejável

Alexandre Canazio, Carolina Medeiros e Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Reportagem Especial
01/10/2010

Um consenso entre os agentes é que o setor elétrico encontra-se num momento único, com marco regulatório consolidado, retomada do consumo de energia para níveis pré-crise financeira internacional, e sem os grandes impasses que colocavam o próprio mercado em evidência. No **Enase 2010 - 7º Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico**, realizado no Rio de Janeiro, agentes reuniram-se para refletir a respeito do rumo da política energética nacional. Considerando-se que o atendimento à demanda é algo solucionado - se não da forma ideal, mas no balanço - pendências consideradas importantes passaram a ganhar espaço na pauta do setor.

Alguns pontos são mais urgentes, como a renovação das concessões do setor, o aperfeiçoamento das regras para licenciamento ambiental e a paralisação da escalada dos preços da energia. Outros têm importância para o aperfeiçoamento das regras. O fato é que às vésperas das eleições presidenciais, o setor debateu e abriu reflexões sobre a política considerada ideal para um país com ritmo de crescimento acelerado.

O evento foi iniciado com a apresentação da carta "Energia para o Futuro - A visão do setor elétrico", assinada por 12 entidades setoriais, que apresenta os principais desafios para o setor nos próximos anos, para as principais candidaturas à Presidência da República. O ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, recebeu também uma cópia da carta, no encerramento do evento. O ministro destacou o papel das associações no processo de aperfeiçoamento do atual marco regulatório, antes de entrar em vigor.

No entanto, o debate entre os representantes das candidaturas do PT e do PSDB à Presidência não ocorreu porque David Zylberstein, que representaria a campanha do presidencial José Serra, não compareceu, ainda que convidado e com presença confirmada. Com isso, a campanha de Dilma Rousseff reconsiderou e declinou do convite.

Uma das questões levantadas no evento foi a indefinição da formação do Preço de Liquidação de Diferenças, já que alguns pontos da metodologia não encontram consenso no Cpamp - grupo de trabalho formado para analisar o aperfeiçoamento do PLD. O debate sobre a formação de preços mostrou as visões diferentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e do Operador Nacional do Sistema Elétrico, durante o primeiro painel, com as principais autoridades do evento. O presidente do Conselho de Administração da CCEE, Antonio Carlos Fraga Machado, destacou que seria interessante a existência de mecanismos para que os empreendedores fizessem usinas para o mercado livre com garantia de financiamento - em referência a propostas de criação de bolsa e certificado de energia. Antes de qualquer coisa, porém, o foco da CCEE é a garantia da liquidação financeira, atuando em um processo de depuração do mercado.

"A CCEE está atuando para um desligamento de agentes inadimplentes", disse Machado, acrescentando que o mercado livre contava com 1.285 agentes em julho, sendo 835 consumidores e 227 produtores independentes, além de 82 comercializadoras. Neste painel, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, apresentou um balanço da evolução da oferta hídrica nos últimos anos, com destaque para o deságio médio de 14% verificado nos 17 leilões de energia nova, o que correspondeu a um ganho de R\$ 2,9 bilhões para o consumidor.



Abastecimento garantido

Maurício Tolmasquim, da EPE

Já Edvaldo Santana, diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, apresentou aspectos do terceiro ciclo de revisão tarifária, cujo objetivo da audiência pública em andamento é a simplificação do processo. Ele contou que apresentou proposta de voto em separado do restante da diretoria para análise na audiência pública, de retirada da base de remuneração do cálculo das tarifas. Além disso, ele destacou a proposta de retirada da empresa de referência do cálculo, como os aperfeiçoamentos do Fator X, que passará a refletir diretamente a qualidade do serviço prestado pelas distribuidoras aos consumidores. "O DEC e o FEC serão fundamentais no cálculo da tarifa. Se esses índices de uma distribuidora piorarem, a tarifa para o consumidor reduz", contou Santana.

As concessões do setor, que vencem em 2015, também foram foco dos agentes. Zimmermann salientou que a decisão a ser tomada pelo próximo governo passará por alterações legais, pelo Congresso Nacional - sejam ajustes por conta da manutenção da relicitação, seja mudanças na lei 8.987/1995 - em caso de opção pela prorrogação.



Novo ciclo tarifário

Edvaldo Santana, da Aneel

Diversos consultores que estiveram presentes ao evento defenderam que a solução para o impasse das concessões precisa sair o mais rápido possível. Para José Said de Brito, presidente da Excelência Energética, a questão já deixou de ser prioridade e passa a ser uma obrigação do governo. "Não dá mais para esperar. Isso tem que ser decidido logo", defendeu. Segundo João Mello, presidente da Andrade & Canellas, a decisão deveria ter sido tomada este ano, mas as eleições presidenciais postergaram a solução por parte do governo para 2011.

A questão ambiental ainda continua sendo apontada pelo setor como um dos principais entraves aos projetos. A definição das atribuições dos órgãos ambientais nos três níveis, a adoção de procedimentos diferenciados para empreendimentos considerados estratégicos, a proposta que evita o bloqueio de potenciais hidrelétricos e o futuro Código Florestal foram alguns dos aspectos apresentados pelo engenheiro Antonio Fonseca dos Santos, conselheiro do Fórum do Meio Ambiente do Setor Elétrico.

O FMASE está tendo uma atividade pró-ativa na questão do licenciamento. O fórum está preparando minutas de projetos de leis para a regulamentação da questão indígena e para criação de reservas hídricas, protegendo os potenciais hidrelétricos nacionais para futura exploração. Além disso, o FMASE está colaborando no projeto do Ministério de Meio Ambiente para a uniformização do Termo de Referência usados pelos órgãos estaduais para iniciar o processo de licenciamento.



Crescimento do mercado livre

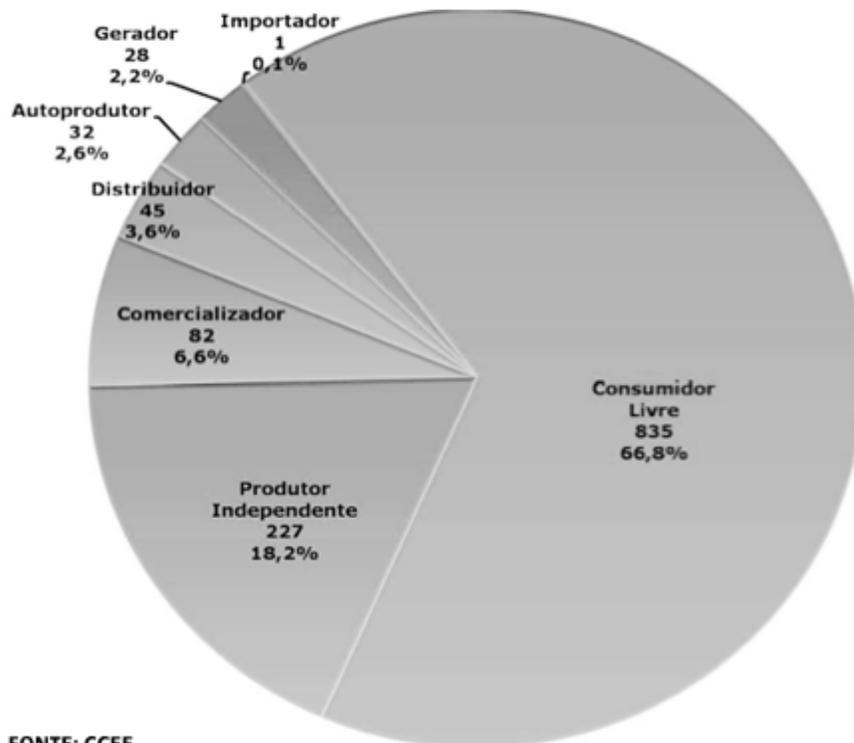
Antonio Carlos Fraga Machado, da CCEE

De acordo com Santos, o novo TR terá 22 páginas, contra a média de 60 páginas atuais. A primeira minuta do documento está em análise pelos órgãos ambientais. O documento definitivo deve, disse o executivo, ser divulgado até o fim do ano. O

FMASE tem ainda uma nota técnica concluída sobre o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. As minutas e a nota serão apresentados ao governo e ao Congresso Nacional após as Eleições.

Reservatórios de menor porte, limitados por conta de restrições ambientais, também foram apontados pelos agentes como um entrave que precisa ser debatido com a sociedade, sob risco de tarifas crescentes. O presidente da Associação Brasileira de Investidores em Autoprodução de Energia, Mario Menel, foi um dos que questionaram a escolha pelas usinas a fio d'água. Para ele, é preciso realmente debater com a sociedade sobre a política energética para a Amazônia.

"Se não, ou entra hidrelétrica 'capenga', ou usina a óleo, o que pode não ser adequado. Mas o que não pode é vir um Avatar determinar a política energética na Amazônia", disse, em referência à visita do diretor de cinema James Cameron, que esteve no Brasil pouco antes do leilão da hidrelétrica de Belo Monte.



FONTE: CCEE

Além da Abiape, a Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica e até a própria Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica, defenderam o retorno dos reservatórios às hidrelétricas. "Os reservatórios permitem fazer frente em épocas de hidrologia desfavorável", afirmou Flávio Neiva, presidente da Abrage. Atualmente, devido ao fenômeno climático La Niña, o país enfrenta uma escassez de chuvas e os reservatórios existentes estão em níveis de armazenamento abaixo do esperado, mesmo para o período seco. Todas as térmicas a gás natural e a carvão já estão sendo despachadas pelo ONS para tentar guardar água nos reservatórios e manter o nível de segurança.

Se a situação hidrológica piorar, só restam as térmicas a óleo combustível para serem acionadas - para ligá-las é preciso uma autorização do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, que deverá se reunir na quarta-feira, 6 de outubro. No entanto, o ministro Zimmermann descartou a possibilidade de acionar essas usinas. "Já estamos no final do período seco e não seria razoável ligar essas térmicas a óleo", declarou.

Crescimento das fontes alternativas



**Márcio Zimmermann, do
MME**

Até a transmissão, setor considerado estável, encontra problemas com a obtenção de licenças ambientais. Segundo o diretor de Administração dos Serviços de Transmissão do ONS, Roberto Gomes, estudos apresentados pela Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base e Abrate mostram que 114 lotes foram licitados desde 1999. Desse total, 56 estão em operação comercial, sendo que 36 lotes tiveram atraso médio de oito meses em relação ao cronograma original e outros sete tiveram atraso acima de um ano.

Dos 58 lotes que ainda estão em andamento, 28 lotes devem atrasar mais de 17 meses, prazo médio para a obtenção da licença de instalação, e 18 lotes devem retardar início de operação comercial em mais de 12 meses.

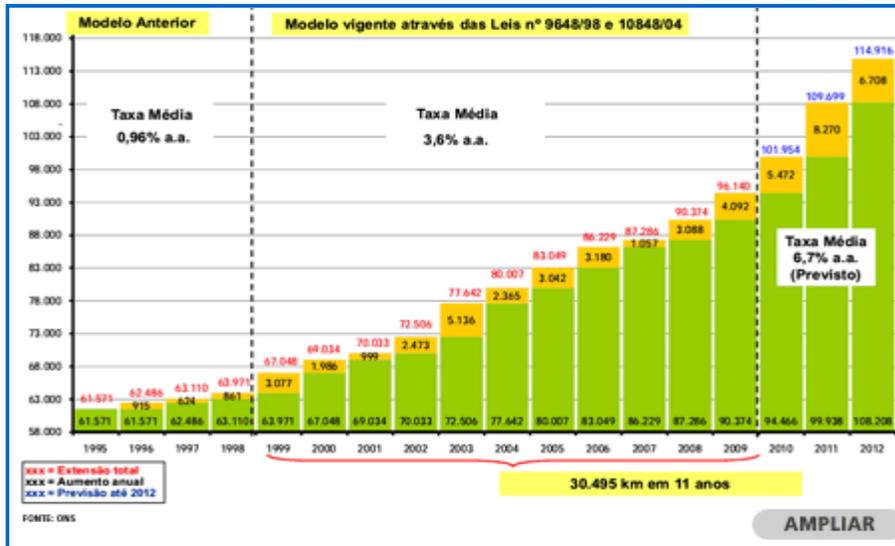


Preocupação com o licenciamento de LTs

Roberto Gomes, do ONS

As térmicas - consideradas como o "bloco dos sujos", segundo definição do presidente do conselho de administração da Abragef, Luiz Alberto Amoroso - também se posicionaram em favor de aperfeiçoamento de regras para a geração dessas fontes. No caso do carvão, uma das propostas é a retomada do inventário do potencial do minério, como destacou o presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral, Fernando Luiz Zancan. Amoroso, da Abragef, reiterou a necessidade de se solucionar o mais rápido possível a questão da penalidade compartilhada entre gerador e fornecedor por falta de combustível.

Nesse sentido, Zimmermann afirmou que considerava esse assunto resolvido entre a Agência Nacional de Energia Elétrica, o segmento e a Agência Nacional do Petróleo, em função das penalidades consideradas altas. A discussão dura dois anos. "Todos têm que entender o equilíbrio, que tem uma lógica econômico-financeira nisso. Alguém que vai assumir o risco, vai cobrar por ele", destacou.



Já as fontes alternativas também apresentaram propostas para uma expansão mais acelerada na matriz energética. Os agentes de eólica e pequenas centrais hidrelétricas defenderam que o governo acabe com a disputa entre fonte nos leilões, como ocorreu no certame A-3 deste ano. "Fomos lançados em uma guerra fratricida no leilão A-3. Precisamos repensar sobre isso para que não aconteça mais", salientou Ricardo Pigatto, presidente do conselho de administração da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa.

O presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Ricardo Simões, disse que a fonte precisa de uma garantia de contratação de 2 GW por ano nos próximos 10 anos. Para ele, a fonte vive uma "excepcional janela de oportunidade", devido a conjunção de fatores, como instalação de novos fabricantes, queda de preço dos aerogeradores e valorização do real. Ele refutou ainda que a fonte esteja sendo privilegiada pelo governo com isenções tarifárias, lembrando que elas existem há mais de uma década.

A Associação da Indústria da Cogeração de Energia expôs o Plano Retrofit Sudeste, que permitirá aplicação de tecnologias e eficiência energética para ampliação da capacidade das usinas existentes, como forma de utilizar melhor o potencial. Segundo o vice-presidente executivo da Cogen, Carlos Roberto Silvestrin, existem hoje 470 usinas, sendo que apenas 88 exportam energia elétrica para o SIN. Contudo, Silvestrin chamou a atenção para os problemas de conexão das usinas, principalmente, nas redes de distribuição no estado de São Paulo. Além disso, ele alertou que um dos lotes do leilão de ICGs, o B, deve atrasar quase um ano depois do previsto. O lote, da Cobra, vendido, recentemente, à chinesa State Grid foi atrasado de outubro deste ano para novembro de 2011.

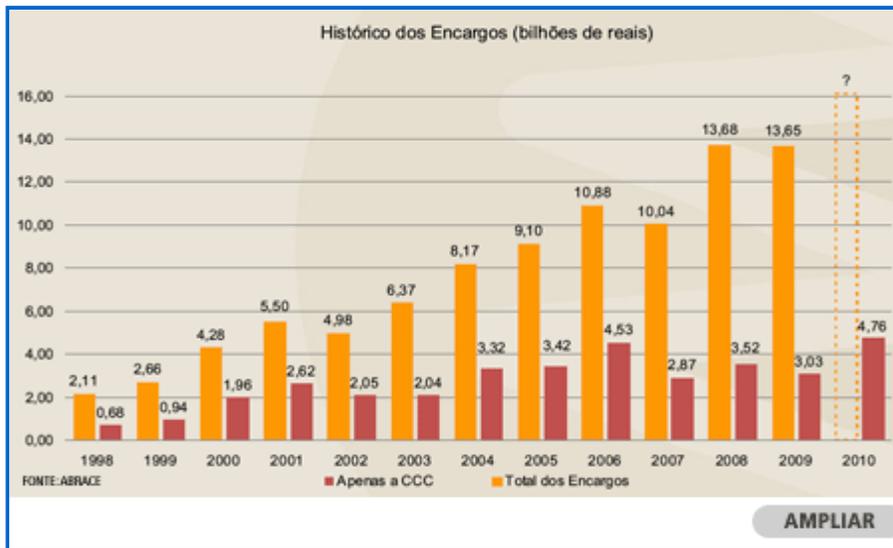
Produção em Expansão	2010e	2015e	2020e
Produção cana-de-açúcar (milhões t)	605	829	1.038
Açúcar (milhões toneladas)	33	41,3	45,0
Consumo interno e estoque	8,9	11,4	12,1
Excedente para exportação	24,1	29,9	32,9
Etanol (bilhões litros)	26	46,9	65,3
Consumo interno e estoque	22,9	34,6	49,6
Excedente para exportação	3,1	12,3	15,7
Bioeletricidade (MW médio)	1.800	8.158	13.158
Participação na matriz elétrica (%)	3%	11%	14%

FONTE: COGEN

Zimmermann observou que a biomassa corresponde a 18% da matriz elétrica, acima até mesmo das hidrelétricas, com 15,7%. No caso das eólicas, ele contou que o Plano Nacional de Energia 2030 está sendo revisado diante da trajetória da demanda de energia e a expansão da eólica. Ele lembrou que as projeções da energia eólica para 2030 era de oferta de 4 mil MW a 5 mil MW, num total de 225 mil MW. Segundo o ministro, "não é difícil imaginar que a oferta vai passar dos 225 mil MW" no final do horizonte, já que o Plano Decenal de Expansão da Energia 2019 projeta capacidade instalada nacional de 184 mil MW em 2019.

A carga tributária sobre o setor e a trajetória de alta das tarifas não ficou de fora do debate. O presidente executivo da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, Paulo Pedrosa, observou que os encargos estão tirando a competitividade da indústria e que essa deve ser a palavra de ordem nos próximos anos.

"Antes, se dizia que a energia mais cara é aquela que não se tem. Isso não é verdade. A energia mais cara é aquela que não se pode pagar", ressaltou Pedrosa. Ele destacou que os tributos e encargos equivalem a 51,6% da tarifa - ou seja, 107% do custo total do insumo. Só em 2009, o total dos encargos ficou em R\$ 13,65 bilhões.



Apesar dos pontos a serem aperfeiçoados, os agentes são unânimes. O mercado de energia elétrica encontra-se maduro e com atratividade para novos investimentos, seja em hidrelétricas, seja em fontes alternativas, seja ainda em energia nuclear - já existem empreendedores privados de olho nesse mercado. Em tempo: o Enase 2010 durou 18 horas e reuniu 542 participantes.

É vedada a utilização e/ou reprodução total ou parcial do conteúdo gerado pelo CanalEnergia sem prévia autorização.
